
FORMAS DE ENUNCIÇÃO E DISCURSO:
ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DO PROTO-GÊNERO

Pedro de Souza
UFSC

Nesta exposição, pretendo partir da seguinte hipótese de trabalho: as modalidades de enunciação estão constitutivamente ligadas aos gêneros discursivos, assim como, conforme propôs Bakhtine, correlacionam a atividade do dizer e os elementos tipificantes da discursividade e da textualidade. É clássica a proposição de Bakhtine (1984), segundo a qual os gêneros do discurso organizam nossa fala do mesmo modo que organizam as formas gramaticais (sintáticas). Escrita e textualidade emergem de modo inseparável. Esta é a base para que Adam (1992) elabore o conceito de protótipo textual, assentado em uma concepção bakhtiniana de gênero, ou seja, no âmbito pré-construído das coerções discursivas.

Neste ponto é que intervém minha hipótese teórica de análise. Partindo da ótica da análise do discurso, assumo a idéia de que a discursividade, foucaultianamente pensada como possibilidade do dizer ou do enunciável, é uma espécie de função primitiva que deriva os chamados gêneros discursivos. Daí proponho que, no âmbito do discurso, os dispositivos do ato de dizer são elementos constitutivos do que concebo enquanto proto-gênero.

De modo que, em torno da problemática do gênero e das tipologias textuais, minha hipótese decorre da leitura que faço de "Proto-fábula", *A ordem do discurso*, textos produzidos por Michel Foucault, respectivamente em 1966 e 1970. Desta escolha teórica procede minha ambição de investigar a existência de artefatos de linguagem que precedem a constituição dos gêneros discursivos. Estes artefatos proponho denominar proto-gênero. Refiro-me com este termo ao emaranhado de discursos que permeiam e constroem modalidades de enunciação e historicamente possibilitam o aparecimento de possibilidades de efeitos de sentido.

Início por desenvolver esta hipótese demarcando um domínio de problematização, tal como vem efetuando Régine Robin. Trata-se da crise da delimitação entre os gêneros. Esta é a condição teórica de possibilidade da proposição do conceito de proto-gênero, conforme a perspectiva que adoto em uma relação analógica ao que Foucault concebe como proto-fábula. Voltarei a este ponto mais adiante.

O lugar desencadeador da perda da distinção conceitual em meio a uma diversidade de gêneros que abrigam tipologias textuais pode ser localizado no campo proliferador do que se categorizou como "paraliteratura". A propósito disso, Régine Robin remete-nos à extensa produção dos gêneros excluídos pela instituição na época da eclosão da cultura da massa ou da indústria cultural: romances populares, policiais, de aventuras, de espionagem, bem como a

chamada literatura industrialmente produzida em série como *Sabrina*, *Júlia*, etc.

Robin aponta, neste contexto, o fenômeno da reapropriação dessa profusão literária institucionalmente proscrita por parte de escritores já legitimados pelo cânone em circuito restrito. Eles estavam à cata da multidão de leitores voltados para o consumo da dita paraliteratura.

Esse cenário delinea uma modalidade de enunciação cujo determinante está no gosto dos leitores e no desejo que tinham os escritores de serem lidos. Tanto assim que, diz Robin, hábitos de escrita e de narração, adquiridos e cultivados em circuito restrito, deslocam-se para a produção literária em circuito amplo.

Tem-se aqui uma modalidade de enunciação envolvendo uma certa interlocução, marcando o lugar da autoria constituída pelo gosto de uma certa leitura. Simultaneamente, apresenta-se aí também uma certa forma de escrita. Todo esse quadro enunciativo indica, nos termos de Robin, a ausência de fronteiras entre os gêneros, sejam estes legitimados ou desfavorecidos em seu estatuto institucional.

A autora retoma, ainda nesse contexto, o questionamento sobre "a contaminação do romanesco pelos discursos filosóficos, os panfletos, o discurso político, as tentativas, nos anos 20 e 30, da es-

critura de romances proletários". Ante a profusão desta forma canonicamente marginal de textualidades, surge uma literatura contestando a concepção vigente de gênero e reivindicando a extensão de suas margens. Robin ressalta, no âmbito dessa crise, a necessidade teórica da inserção do gênero em uma interdiscursividade ampliada, abstraindo do romanesco a sua condição privilegiada.

Ocorre que não há mais uma só literatura, quer em circuito restrito, quer em circuito amplo. Em vez disso, passa a existir o que Robin denomina "objetos particulares que têm cada um sua maneira de se inscrever na literatura, de produzir o literário". Nesse caso, a escrita feminina ou do feminino, exemplificada por Robin, pode ser incluída no quadro mais geral da escritura minoritária - a do negro, a do homossexual, as memórias dos excluídos e perseguidos políticos -, seja em termos de uma teoria das minorias na língua e no processo criativo, conforme propõe Deleuze, seja em termos de uma particular escritura de minorias gradativamente acolhida no campo literário. A despeito de qualquer gesto militante, ressalto o gesto de constituição do arquivo determinado pelo propósito de distribuir democraticamente os assentos no campo da leitura e da escrita. Fazer literatura deixa de ser privilégio de poucos escritores iluminados pela dádiva transcendental do talento.

O interessante é processar o inventário de diferentes modos de olhar lançados sobre a escritura. Robin destaca alguns: olhar formal, olhar ideológico, olhar discursivo. Todos inauguram novas perspecti-

vas de enunciação que independem de hierarquias de leitura e escrita, prévia e cronologicamente demarcadas.

Outro problema decorrente dessa indistinção de gêneros ou dessa inquietude acerca do que fica fora ou dentro da literatura é a emergência de pluralidade de métodos de análise de textos. Tal multiplicidade de abordagem desfoca a especificidade do texto literário.

Contudo essa dita imprecisão metodológica não tem apenas o efeito negativo de obnubilar os parâmetros do que seja verdadeiramente o literário, mas positivamente permite também a ruptura que torna visível um outro espaço de textualidades: o discurso. É neste espaço que localizo o que chamo aqui de proto-gênero.

Sob este viés, o que é comum a um certo número de textos - tomados como funções derivadas de gêneros discursivos estabelecidos no centro ou à margem do cânone literário - é a exposição deles às ordens mutuamente irreduzíveis da linguagem e do real. Entre uma e outra, encontra-se a ordem do discurso que cimenta a institucionalização de certas práticas de textualização. Dessa forma, não há como, de fato, distinguir gêneros tão próximos e tão distantes como os diários íntimos e a correspondência, a autobiografia e os relatos de vida. Torna-se necessário ampliar o mapa da produção literária, deslocando o olhar dos elementos constitutivos da prototextualidade para o campo discursivo. Daí provém o que chamo de proto-gênero. À idéia de intertextualidade substitui-se a visão da interdiscursividade, sugere Robin. Nesta perspectiva, a problemática do interdiscurso

congregaria, no domínio histórico-social e no plano das relações entre discursos, dispositivos de enunciação alojados tanto no campo literário quanto no do jornalismo, no do político e no do filosófico - todos pensados como lugares discursivos da emergência de gêneros.

É precisamente nessa direção que procedo à leitura do texto "Proto-fábula" de Foucault. O autor propõe que em toda narrativa há que se distinguir dois níveis: a fábula, que corresponde ao que é contado, e a ficção, que diz respeito ao regime de narração sob o qual se narra. No primeiro, destacam-se episódios, acontecimentos; no segundo, observa-se a posição do sujeito narrador: fala de fora ou de dentro da trama?

É interessante dar ênfase a este tripé que Foucault assimila ao ato de produzir fábulas, seja no plano oral, seja no plano escrito, a saber, o sujeito falante, seu discurso e o que ele conta. Essa tríade é determinada do exterior. Não há aí ainda nenhuma ficção. O que se tem aí é nada mais que algo análogo ao discurso constituindo e estabelecendo a obra no interior do próprio ato de falar, de contar. O que é contado fornece a indicação do lugar e o modo de discurso utilizado por aquele que fala.

Se é possível pensar a fábula como produto equivalente ao gênero, delineia-se aqui o quadro que precede seu estabelecimento. Onde Foucault postula as possibilidades míticas da cultura, no bojo das quais aloja-se a proto-fábula, proponho analogicamente a

ordem do discurso que abriga o proto-gênero. Seguem daí os modos de discurso como possibilidade do gênero, os modos de ficção como possibilidade do ato de fala e a escritura como possibilidade da língua.

Nesta relação sinonímica entre modos de ficção e gênero derivados de ordens de discurso, ressalto a seguinte afirmação de Foucault: "nenhuma época utilizou simultaneamente todos os modos de ficção que se pode definir em abstrato; exclui-se sempre alguns, tratados como parasitas, outros, pelo contrário, são privilegiados definindo uma norma". É o caso da prática oratória no século XVIII. Aí, analisa o autor, o sujeito falante interrompe sua narrativa e eleva os olhos de seu texto para solicitar do ouvinte o julgamento ou o testemunho do que acontece.

Contudo, esta prática quase desapareceu no século XIX. É recente o surgimento do discurso colado ao ato de escrever, em que seu desenvolvimento é concomitante ao seu fechamento. Neste contexto é que emerge historicamente a rejeição de toda ficção que não remeta ao discurso de um sujeito único e que não corresponda ao ato mesmo de sua escritura.

A entrada, porém, de novos modos de ficção na literatura faz recrudescer textos recheados de "discursos parasitas", por isso mesmo banidos do cânone literário.

Assim é que Foucault opõe, em torno dos modos de ficção, as narrativas fantásticas de Júlio Verne às da *Mil e uma noites*. As primeiras são marcadas de descontinuidades. Nelas, múltiplas fábulas associam-se a uma só voz. Já na trama ficcional da segunda, a cada voz se atribui uma fábula nova. Vale ressaltar que, em Júlio Verne, o embate das vozes que recortam modos de ficção na mesma fábula mostra a atuação silenciosa de certos modos de discurso.

Assim, a fina análise de Foucault nos dá conta de que, em Verne, há o dispositivo do fantástico que faz desfilar as vozes de seres dotados de grande poder e limites. Trata-se de uma primeira ordem de invisibilidade perpassando a superfície discursiva. No entremeio, há as vozes implícitas e constantes que operam a passagem dos turnos da palavra, a passagem dos planos de discurso.

Há ainda, exterior às formas visíveis da fábula, as vozes que canalizam a passagem dos discursos de totalidade cronológica, demarcando um outro regime narrativo. Estas aparecem sob o modo lingüístico de expressões temporais, orientando o leitor para as coordenadas da História.

Outra voz, cuja aparição intermitente atenta para as inverossimilhanças contestando a narrativa, se faz observar, alertando sobre acontecimentos tidos como impossíveis. Por fim, em âmbito mais exterior à fábula, há a voz anônima, sem pessoa, sem origem. Trata-se da sugestão insinuante do modo de discurso do saber. Aparece

sob a forma de longas dissertações científicas inseridas nos diálogos expostos em telegramas ou cartas atribuídas aos personagens. Estes e outros exemplos de passagens interrompendo o fluxo narrativo, para Foucault, denunciam vozes que não se pode atribuir a ninguém, fragmentos duros de saber que permanecem no extremo limite do ato de contar.

A seqüência das leituras de Foucault que sustentam minha hipótese, à guisa de síntese provisória, remete ao ponto em que, na *Ordem do Discurso*, o autor fornece uma pista para a demonstração da existência do que estou postulando como proto-gênero. É quando o sujeito deixa de ser aquele de quem parte o discurso para ser o ponto de seu desaparecimento. No momento da fala ou da escrita, múltiplas vozes precedem, tecendo as regras dos modos de dizer, estes que se estabelecem enquanto gêneros e lugares de controle da eclosão aleatória do discurso.

Assim é que, na contramão da indistinção proliferadora de gêneros, conforme observa Robin, há uma lógica precedente de procedimentos de exclusão, a que interdita o objeto da fala e o acesso ao direito de fala, segrega a fala do louco e a vontade de verdade que exerce um poder de coerção sobre os discursos. Temos aí, nestes sistemas de exclusão, descritos por Foucault, os elementos constitutivos do proto-gênero, dando lugar à emergência do literário e do científico e suas variações social e institucionalmente distribuídas.

Mas tais procedimentos materiais que compõem o protogênero evidenciam-se no plano interior mesmo do discurso. Trata-se aí de um mecanismo metadiscursivo em que o próprio discurso provê o seu exercício de controle, classificando, ordenando, distribuindo os modos de fala ou de ficção, detendo o seu curso enunciativo aleatório e casual. Foucault enumera aí o aparecimento de rituais que geram fórmulas de texto como o comentário, o religioso, o jurídico, o literário e científico. Se, de algum modo, desenvolveu-se uma teoria da prototextualidade vinculada aos gêneros, é porque estes tiveram sua pré-existência possibilitada pelos modos de dizer discursivamente determinados.

Referências Bibliográficas:

- ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Éditions Nathan, 1992.
- BAKHTINE M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1984.
- DELELUZE, G. La Littérature et la vie. *Critique et Clinique*. Paris: Éditions de Minuit, 1993, p. 11-17.
- FOUCAULT, M. L'arrière-fable. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, p. 407-412.
- _____. *A ordem do discurso*. Trad.: Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- ROBIN, R. Extension et incertude de la notion de littérature. *Théorie littéraire*. Paris: PUF, 1989, p. 45-49.